



BOLETIM INFORMATIVO REGIONAL DE GUAJARÁ-MIRIM 2025

Vigilância Socioassistencial
Porto Velho - 2025



**Secretaria de Estado da Mulher, da Família, da Assistência e do
Desenvolvimento Social - SEAS/RO**

MARCOS JOSÉ ROCHA DOS SANTOS

Governador do Estado de Rondônia

LUANA NUNES DE OLIVEIRA SANTOS

Secretária de Estado da Assistência e do Desenvolvimento Social

BRUNO VINICIUS FONTINELLE BENITEZ AFONSO

Diretor Técnico de Políticas Públicas

FABIANE APARECIDA PASSARINI

Coordenadora Estadual de Assistência Social

NÁLEI DE CARVALHO SOBRINHO

Gerente da Gestão do SUAS

Equipe da GSUAS

Amon-Rá Antunes Bandeira de Melo

Bruno Puccinelli

Denir Mattara de Souza

Dulcianni de Fátima Monteiro Barros Ignácio

Gisele Akemi Kimura Iguchi

Greicielle Kassila Alves de Alencar

Equipe de elaboração

Amon-Rá Antunes Bandeira de Melo - Redação

Denir Mattara de Souza - Tabulação de dados

Greicielle Kassila Alves de Alencar - Gráficos e Editoração

Sumário

1. Introdução.....	4
2. Proteção Social Básica (PSB).....	7
2.1. Estrutura Física.....	8
2.2. Recursos Humanos.....	10
2.3. Serviços.....	11
2.3.1. Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF).....	11
2.3.2. Serviço de Proteção Social Básica à Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosas.....	13
2.3.3. Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV).....	15
3. Proteção Social Especial (PSE) de Média Complexidade.....	17
3.1 Estrutura Física.....	17
3.2 Recursos Humanos.....	18
3.3 Serviços.....	20
3.3.1. Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAEFI).....	20
3.3.2. Serviço de Proteção social a Adolescente em Cumprimento de Medida Socioeducativa (MSE) de Liberdade Assistida (LA) e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC).....	21
3.3.3. Serviço de Proteção Social Especial a Pessoas com Deficiência e Idosas (PSE/PCDIF).....	23
3.3.4. Serviço Especializado em Abordagem Social.....	25
3.3.5. Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua.....	27
4. Proteção Social Especial (PSE) de Alta Complexidade.....	28
4.1 Estrutura Física.....	28
4.2. Recursos Humanos.....	30
4.3. Serviços de Acolhimento Institucional.....	31
4.3.1. Serviço de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes.....	31
4.3.2. Serviço de Acolhimento Institucional para Idosos;.....	33
4.3.3. Serviço de Acolhimento à Mulher Vítima de Violência;.....	33
4.3.4. Serviço de Acolhimento Institucional para Adultos e Famílias;.....	34
5. Considerações finais.....	34

1. Introdução

O presente boletim informativo apresenta análise regionalizada com base nos resultados do monitoramento realizado no ano de 2024 pela equipe técnica da Vigilância Socioassistencial do Estado de Rondônia. Diante da análise geral dessa equipe, observou-se a necessidade de uma devolutiva territorializada, para qualificar a intervenção dos agentes públicos e fortalecer as gestões municipais, promovendo maior aderência entre as necessidades da população e a oferta de serviços socioassistenciais. Portanto, a análise territorial da rede socioassistencial exposta neste boletim revela-se fundamental para orientar o planejamento, a gestão e a execução de serviços, conforme previsto na Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (Resolução nº 109/2009).

Tal iniciativa insere-se no esforço de aprimoramento contínuo do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), tendo em vista a centralidade de suas três funções — Proteção Social, Defesa de Direitos e Vigilância Socioassistencial — conforme estabelecido na Norma Operacional Básica do SUAS (NOB-SUAS). Essas funções, interdependentes e complementares, materializam a efetividade da política pública na medida em que atuam de forma articulada para assegurar a prevenção, proteção e promoção de direitos.

O monitoramento realizado contemplou a avaliação dos equipamentos socioassistenciais do estado de Rondônia, com foco nos eixos de recursos humanos, estrutura física e serviços socioassistenciais tipificados. A metodologia adotada baseou-se em visitas *in loco*, reuniões técnicas e aplicação de formulários com perguntas abertas e fechadas direcionadas a coordenadores e técnicos de referência. O processo foi conduzido de forma dialógica, por meio de rodas de conversa que possibilitaram a escuta qualificada sobre as práticas desenvolvidas em cada equipamento.

As análises foram realizadas em conformidade com a Resolução nº 14/2023/SEAS-CEASRO, que estabelece indicadores para a classificação da qualidade da oferta em cinco categorias: Irregular, Insuficiente, Suficiente, Regular e Superior. Dessa forma, os resultados sistematizados neste relatório buscam oferecer subsídios técnicos para a reflexão crítica e a proposição de estratégias de fortalecimento da gestão e da rede socioassistencial municipal, de modo a contribuir para a consolidação da assistência social como política pública setorial de proteção social no Estado de Rondônia.

O estado de Rondônia é dividido em 10 regiões de planejamento da SEAS, na qual a região analisada neste boletim é a Regional de Guajará-Mirim, que compreende os municípios de Guajará-Mirim e Nova Mamoré.

De acordo com o Censo Demográfico 64.831 pessoas residem nos municípios desta regional (IBGE, 2022). Neste ano de referência haviam cerca de 43.739 pessoas inscritas no CadÚnico, o que corresponde aproximadamente a 67% da população regional.

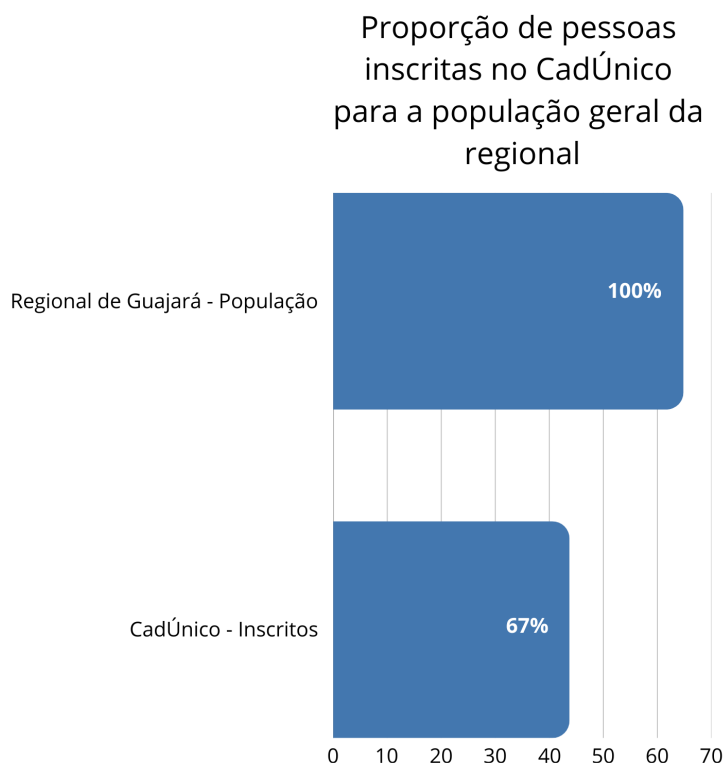


Gráfico 1

Fonte: Censo IBGE (2022) e CECAD (2022)

Na última referência (nov. 2025) a população de usuários inscritas na regional é de 43.477 pessoas, destas cerca de 51% estavam em situação de pobreza (ou seja, a renda per capita da família é até R\$ 218,00 reais), 27% em situação de baixa renda (acima de R\$ 218,00 até meio salário mínimo) e aproximadamente 22% acima de meio salário mínimo, ou seja, o dados do CadÚnico indicam que cerca de 78% da população inscrita na regional encontra-se em condição de vulnerabilidade socioeconômica, ou seja, com renda per capita até $\frac{1}{2}$ salário mínimo, o que corresponde cerca de 33.996 pessoas, conforme demonstrado no gráfico abaixo.

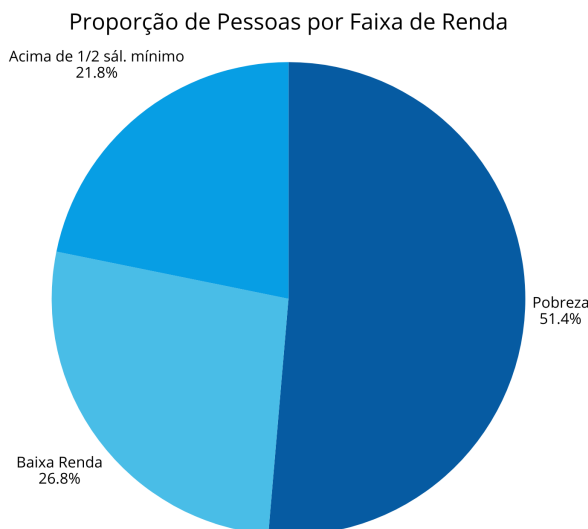


Gráfico 2
Fonte: CECAD (2025)

Entretanto, deve-se levar em consideração que melhorias na cobertura do CadÚnico podem evidenciar outras famílias em vulnerabilidade que não foram alcançadas pela política pública de assistência social. Os últimos dados disponíveis no CadÚnico (nov/2025) apontam que só as pessoas com renda per capita inferior a meio salário mínimo (pobreza + baixa renda) distribuídas em 10.857 famílias, média geral de 3 pessoas por família. Em relação à oferta na proteção social básica a região conta com dois Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) destes:

- 2 CRAS de pequeno porte II capaz de referenciar até 3.500 famílias;

Desta forma, a rede da região é capaz de atender a demanda potencial de 7.000 famílias, capacidade inferior ao público em vulnerabilidade socioeconômica que atualmente encontra-se qualificada na base de dados do CadÚnico. Estes dados indicam que a capacidade potencial máxima da regional foi superada, devendo as gestões municipais organizarem-se para expandir a oferta no território. Por outro lado, não deve-se perder de vista as especificidades de cada território municipal e próprias do fator amazônico capaz de pressionar ainda mais a oferta da rede e exigir maiores investimentos em sua infraestrutura e recursos humanos.

Nesse sentido, deve-se observar que o território apresenta elevada complexidade, marcada por uma combinação de vulnerabilidades sociais, grande extensão geográfica e diversidade socioterritorial específicas dos fatores amazônicos e a área de grande extensão impõe desafios significativos à gestão e à oferta de políticas públicas.

Distribuídas nesta extensão territorial encontram-se complexidades inerentes ao contexto amazônico, como a presença de terra indígena (Ex. T.I. Igarapé Lage, T.I. Igarapé Ribeirão, T.I. Karipuna, T.I. Pacaás Novas, T.I. Rio Guaporé, T.I. Rio

Negro Ocaia, T.I. Sagarana e etc), populações ribeirinhas, extrativistas, distritos e diversas áreas rurais com famílias de agricultores familiares, assentados e vivendo distribuídas por todo território regional.

No meio urbano, a vulnerabilidade manifesta-se por meio da concentração populacional em áreas periféricas, carência de infraestrutura básica e desigualdades de acesso aos serviços públicos, enquanto nas zonas rurais persistem o isolamento geográfico, a precariedade das vias de transporte e as limitações no acesso a políticas estruturantes para o desenvolvimento socioeconômico.

Essa combinação de vulnerabilidades urbanas e rurais, somada à vastidão territorial e à diversidade étnica e sociocultural, exige um olhar sensível e estratégias diferenciadas de atuação do Sistema Único de Assistência Social, pautadas na territorialização, na intersetorialidade e na valorização das especificidades locais.

Considerando esse contexto, a seguir são apresentados os dados do monitoramento da rede socioassistencial, com destaque para a oferta de serviços da Proteção Social Básica e Especial, bem como as condições estruturais e de recursos humanos das unidades. Essa análise busca oferecer uma visão integrada sobre a capacidade de resposta do município às demandas sociais do território, evidenciando avanços, desafios e oportunidades para o aprimoramento da gestão e da execução dos serviços.

2. Proteção Social Básica (PSB)

A proteção social básica no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) encontra no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) sua principal porta de entrada. O CRAS é a unidade pública estatal responsável pela organização e coordenação da rede socioassistencial de proteção básica em cada território, assumindo papel estratégico no fortalecimento do SUAS como um todo. Seu adequado funcionamento é condição essencial para que as ações da política alcancem efetividade, garantindo a prevenção de riscos sociais, a promoção do acesso a direitos e a preservação da convivência familiar e comunitária. O espaço configurado como “porta de entrada” para a Assistência Social precisa estar de acordo com os parâmetros estabelecidos no Caderno de Orientação do CRAS, para que desse modo os serviços da rede socioassistencial sejam ofertados da maneira mais adequada e dentro do estabelecido pela NOB-SUAS.

2.1. Estrutura Física

A análise do presente eixo tem como objetivo compreender a capacidade e a conformidade da estrutura física e material do equipamento com as orientações técnicas com vista à oferta qualificada dos CRAS. Na Regional de Guajará-Mirim, o monitoramento evidenciou que os CRAS monitorados foram classificados: 50% suficiente e 50% superior.

Abaixo a representação gráfica dos indicadores da regional:.

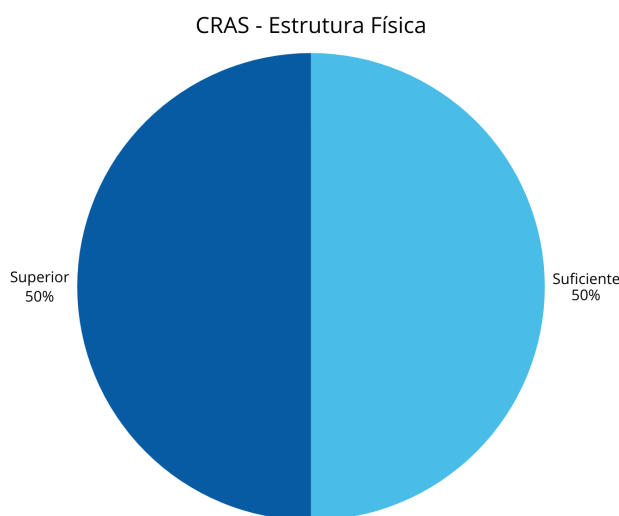


Gráfico 3

Fonte: Vigilância Socioassistencial

Dentre as principais pontos identificados na rede da regional temos que:

- **Pontos Fortes:** A estrutura física na regional apresenta exemplos robustos e bem dimensionados para atender às demandas da Proteção Social Básica, incluindo prédios-sede consolidados, extensões territoriais e unidades complementares de convivência. Em alguns casos, observa-se grande variedade e quantidade de ambientes (salas de atendimento individual, salas coletivas, cozinhas, pátios amplos, auditórios e recepções), o que favorece a execução diversificada das ações do PAIF e SCFV. A presença de pátios com grande capacidade de acolhimento e a disponibilidade de veículo exclusivo para o atendimento contribuem para ampliar a capilaridade e a efetividade dos serviços, especialmente em regiões extensas e com forte dispersão populacional. Também se identifica boa provisão de equipamentos tecnológicos e mobiliários adequados, garantindo condições operacionais satisfatórias para a gestão e execução dos serviços. Em síntese, os dados indicam que há ilhas de estrutura física bem planejada

e operacionalmente adequada, com disponibilidade de ambientes variados e infraestrutura suficiente para práticas coletivas e atendimentos individuais. Quando presentes, esses elementos se traduzem em maior capacidade de resposta territorial, presença institucional e fortalecimento da relação entre serviços e comunidade.

- **Pontos Fracos:** Apesar da existência de unidades com amplitude estrutural positiva, observa-se forte desigualdade entre equipamentos, marcada especialmente pela insuficiência de acessibilidade arquitetônica. Banheiros e áreas de circulação frequentemente não atendem às normas para acessibilidade. Também foram identificados problemas estruturais que comprometem a segurança e o funcionamento adequado—como trechos do teto danificados — e que exigem manutenção imediata. Em algumas localidades, parte das atividades ocorre em imóveis locados e não adaptados, sobretudo nos polos distantes, o que reduz o conforto, a padronização do atendimento e a previsibilidade no uso dos espaços. Outro ponto crítico é a ausência de sistema informatizado de gestão, que limita o registro, a integração e a análise de dados socioassistenciais. Embora alguns equipamentos utilizem ferramentas manuais padronizadas, a falta de informatização aumenta a vulnerabilidade operacional, dificulta o planejamento e reduz a capacidade de monitoramento em tempo real. Assim, os elementos de fragilidade indicam que persistem barreiras estruturais que impactam diretamente a acessibilidade, a segurança física e a organização da gestão, afetando a eficiência e a equidade territorial na oferta dos serviços.

O conjunto das evidências aponta para uma rede estrutural heterogênea, em que alguns equipamentos apresentam condições físicas de excelência enquanto outros operam com limitações significativas. Há avanços importantes em termos de diversidade de ambientes, disponibilidade de materiais e existência de unidades que permitem grande capacidade de atendimento. Contudo, lacunas relacionadas à acessibilidade, manutenção predial e padronização dos espaços representam obstáculos importantes para garantir qualidade e equidade em toda a rede.

A ausência de sistemas informatizados complementa essas fragilidades, demonstrando que a infraestrutura física ainda não está plenamente alinhada às exigências contemporâneas de gestão. Os dados indicam a necessidade de investimentos contínuos, com foco prioritário em acessibilidade, manutenção preventiva e modernização tecnológica.

2.2. Recursos Humanos

O segundo eixo corresponde aos recursos humanos que foram monitorados tendo como base as normativas técnicas e as orientações técnicas setoriais. Neste eixo o monitoramento evidenciou a seguinte classificação em relação aos recursos humanos como: 50% insuficiente e 50% regular.

Abaixo a representação gráfica dos indicadores da regional:



Gráfico 4

Fonte: Vigilância Socioassistencial

Dentre as principais pontos identificados na rede da regional temos que:

- **Pontos Fortes:** As equipes técnicas apresentadas demonstram boa conformidade com a NOB-RH/SUAS, que contam com coordenadores de nível superior, assistentes sociais, psicólogos, e orientadores sociais em número compatível com a execução das ações. A presença de vigilantes, pessoal de limpeza e suporte administrativo assegura funcionamento diário adequado e diminui sobrecarga das equipes finalísticas.
Em síntese, observa-se que parte da rede possui equipes robustas, multidisciplinares e alinhadas às normativas, demonstrando compromisso com a qualificação técnica e a adequação da força de trabalho às demandas territoriais.
- **Pontos Fracos:** Apesar dos avanços, a análise mostra que nem todas as equipes conseguem atender plenamente à complexidade dos territórios amazônicos e de fronteira. Há indicações de que a capacidade técnica disponível ainda é insuficiente para suprir a demanda decorrente das grandes distâncias, da dispersão populacional e da forte presença de GPTE. Em algumas unidades, a equipe técnica apresenta quantitativo reduzido, especialmente em áreas rurais e polos distantes, o que pode resultar em sobrecarga e limitar a cobertura dos serviços.
Além disso, a ausência de profissionais especializados na interface entre políticas públicas e populações tradicionais sinaliza uma lacuna relevante, considerando o perfil socioterritorial da região. Portanto, as evidências mostram que há fragilidades significativas relacionadas à adequação do

quadro de pessoal à complexidade territorial, bem como desafios quanto à especialização e distribuição equitativa da força de trabalho.

Os dados sugerem que, embora existam capacidades técnicas importantes, a rede ainda necessita de maior equilíbrio na distribuição de pessoal, ampliação das especialidades e adequação do quantitativo às demandas reais do território. Consolidar essa dimensão é fundamental para garantir atendimento qualificado, reduzir sobrecarga e assegurar maior equidade territorial no acesso aos serviços.

2.3. Serviços

2.3.1. Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF)

O Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF) constitui a principal oferta da Proteção Social Básica do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), sendo executado obrigatoriamente nos CRAS. Seu objetivo é fortalecer a função protetiva das famílias, prevenindo a ruptura de vínculos e promovendo o acesso a direitos socioassistenciais e às demais políticas públicas. O PAIF atua de forma territorializada, priorizando o acompanhamento de famílias em situação de vulnerabilidade e risco social, articulando ações individuais e coletivas que visam à melhoria da qualidade de vida e à superação das desigualdades.

Na Regional de Guajará-Mirim, os dados de monitoramento apontam que os serviços foram classificados como: 50% insuficiente, 50% suficiente.

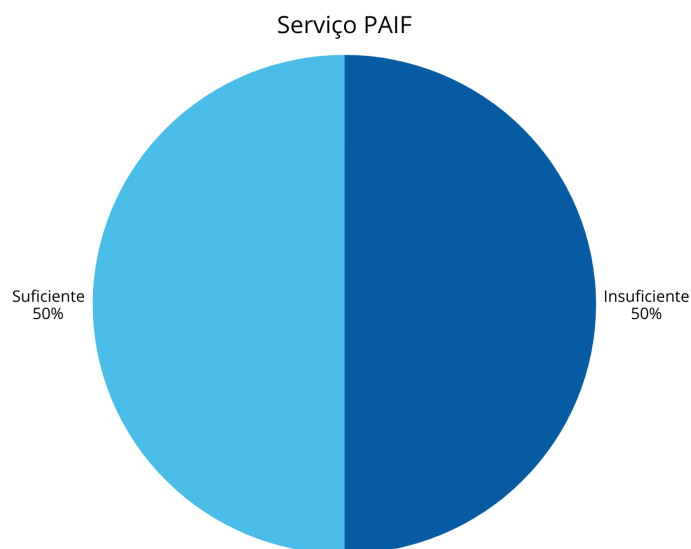


Gráfico 5

Fonte: Vigilância Socioassistencial

Dentre as principais pontos identificados na rede da regional temos que:

- **Pontos Fortes:** De forma regionalizada, identificam-se importantes avanços no acolhimento e no atendimento inicial às famílias. Há regularidade nas orientações, nos encaminhamentos e no acesso a benefícios, garantindo sigilo e privacidade dos usuários. Em parte das unidades, a presença de equipes concursadas, experientes e com baixa rotatividade favorece a continuidade dos processos de trabalho, reforçando a estabilidade institucional e a capacidade de planejamento do território. Em alguns contextos, observou-se a utilização consistente de instrumentais, como prontuários e o Plano de Acompanhamento Familiar (PAF), contribuindo para organização, registro e monitoramento das vulnerabilidades. Além disso, nota-se o esforço por articulações com o SCFV, bem como a preocupação em estruturar grupos temáticos e ações de busca ativa em áreas mais sensíveis e de difícil acesso. Essas evidências indicam a existência de núcleos profissionais comprometidos, que buscam garantir o acesso a direitos e fortalecer o caráter protetivo do PAIF.

Outro ponto relevante é a integração com a Vigilância Socioassistencial em determinadas unidades, permitindo que análises mensais de demanda orientem a construção de diagnósticos contínuos e o planejamento territorial. A combinação entre informações estruturadas, articulação intersetorial e práticas de acolhimento qualificado mostra que, apesar das desigualdades entre unidades, o PAIF apresenta capacidades instaladas que servem como base para avanços consistentes.

- **Pontos Fracos:** As fragilidades identificadas concentram-se principalmente na ausência ou no uso insuficiente dos instrumentais essenciais do PAIF, como: Prontuários SUAS e PAF. A falta de sistematização do trabalho, ausência de fluxos, protocolos, associada à baixa estruturação do planejamento, limita a capacidade do serviço de atuar de forma proativa, superar vulnerabilidades e construir percursos de desenvolvimento familiar. A articulação com o SCFV e com a rede setorial aparece, em grande parte dos casos, como incipiente, não alcançando plenamente a integração necessária para gestão do território e enfrentamento de situações complexas.

Também se observam lacunas na atuação junto a grupos específicos, como famílias com descumprimento de condicionalidades e beneficiários de BPC, bem como baixa presença da equipe técnica em atividades coletivas, oficinas e ações permanentes. A carência de integração com políticas de trabalho, renda, cultura, esporte e saúde evidencia um recorte de atuação ainda restrito, que tende a limitar o impacto protetivo do PAIF. Somado a isso, há desafios na construção de fluxos e procedimentos formais de referência e contrarreferência, dificultando a continuidade da intervenção quando o caso exige mobilização de toda a rede socioassistencial.

O conjunto de informações aponta para um cenário regional de desigualdade na consolidação do PAIF, com unidades mais estruturadas convivendo com outras

ainda em fase inicial de organização. Há capacidade instalada, profissionais motivados e iniciativas positivas que demonstram compreensão do papel protetivo da política. Contudo, persistem lacunas significativas relacionadas ao uso de instrumentais, planejamento, organização territorial, integração interna e articulação intersetorial. O fortalecimento do PAIF dependerá da consolidação dos processos de acompanhamento, da maior qualificação da equipe e da estruturação de práticas sistemáticas de gestão do território. Observa-se um potencial expressivo para evolução, desde que os elementos técnicos já existentes sejam ampliados e disseminados de forma homogênea entre os equipamentos.

2.3.2. Serviço de Proteção Social Básica à Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosas

O Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosas (PSB/DPcDI) tem como objetivo principal prevenir situações de risco e isolamento social, promovendo a autonomia, o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários e o acesso a direitos. O serviço visa assegurar que pessoas com deficiência e idosas em situação de vulnerabilidade social recebam acompanhamento continuado, voltado à melhoria da qualidade de vida e à inclusão social, por meio de visitas domiciliares, articulação com a rede socioassistencial e intersetorial e desenvolvimento de ações de convivência e cuidado no território.

Na Regional de Guajará-Mirim, o serviço encontra-se fragilizado, com o monitoramento evidenciando que o serviço está classificado como irregular em 50% e 50% insuficiente dos municípios da regional, o que demonstra a ausência de condições mínimas para o pleno funcionamento e a execução adequada das ações previstas no escopo do PSB/DPcDI.

Abaixo a representação gráfica dos indicadores da regional:

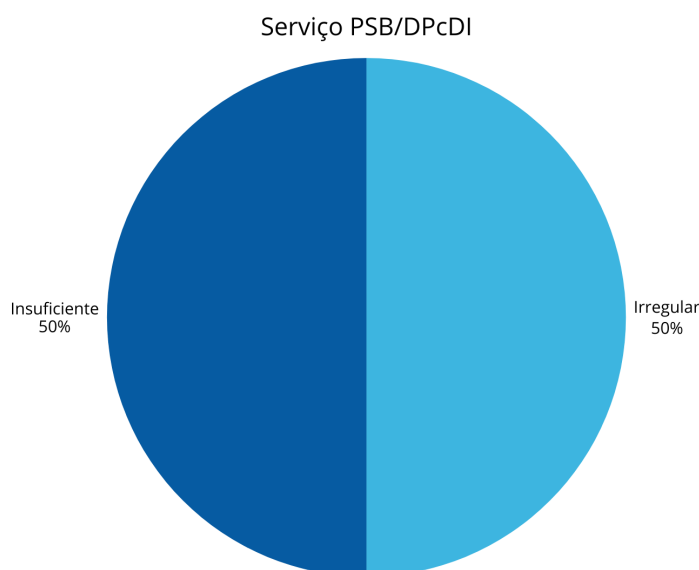


Gráfico 6

Fonte: Vigilância Socioassistencial

Dentre as principais pontos identificados na rede da regional temos que:

- **Pontos Fortes:** Há indícios de iniciativas de atendimento domiciliar em parte do território, especialmente quando unidades de convivência conseguem alcançar usuários impossibilitados de frequentar o espaço físico. Nessas situações, observou-se a realização de ações com foco no apoio familiar, orientação e encaminhamentos, preservando o caráter protetivo do atendimento. O reconhecimento, por parte das equipes, de que o serviço deve ter caráter continuado, preventivo e centrado na proteção social proativa demonstra compreensão conceitual adequada sobre a tipificação do serviço.
- **Pontos Fracos:** A principal fragilidade regional identificada é a inexecução parcial ou total do serviço em diversas unidades, que não têm estruturado o atendimento domiciliar conforme previsto na Tipificação Nacional. Falta sua inclusão nos planos de ação, o que invisibiliza o serviço e impede sua consolidação no cotidiano da equipe. A ausência de vínculo sistematizado com o PAIF compromete a continuidade do acompanhamento familiar, dificultando a construção de registros, o planejamento e a definição de estratégias de cuidado. Em muitos casos, o atendimento ocorre de forma pontual, sem organização territorial, sem uso de instrumentais e sem fluxo de referência e contrarreferência.

Também se verificam limitações logísticas, baixa articulação com orientadores e educadores sociais e ausência de processos estáveis de busca ativa e visitas domiciliares. O alcance do serviço em relação a grupos prioritários — como beneficiários de BPC e famílias em vulnerabilidade com idosos e pessoas com deficiência — é insuficiente, indicando baixa capacidade de identificar e acompanhar situações de risco, isolamento ou fragilização de vínculos. Em síntese, o serviço ainda se encontra fragilizado, pouco visível e distante do padrão de continuidade exigido por sua natureza preventiva.

O panorama regional revela um serviço de grande relevância social, mas que ainda não está plenamente consolidado, permanecendo aquém do que exige a proteção social básica no domicílio. Os avanços existentes são pontuais e demonstram apenas partes isoladas do potencial previsto na tipificação. Para que se desenvolva de forma efetiva, será necessário superar fragilidades estruturais relacionadas à organização, visibilidade, planejamento, integração com o PAIF e atuação territorial. Ainda que existam elementos positivos que sinalizem compreensão técnica adequada por parte das equipes, o serviço necessita de estruturação profunda para alcançar a função preventiva e protetiva que lhe é atribuída no SUAS.

Em conclusão, a análise revela que o PSB/DPcDI na Regional de Guajará-Mirim ainda não está consolidado enquanto oferta efetiva da rede socioassistencial. A inexistência de equipe e planejamento específicos, somada ao desconhecimento técnico sobre suas finalidades, impede que o serviço cumpra sua função estratégica de promoção da inclusão e da proteção social de pessoas idosas e com deficiência. O fortalecimento do serviço requer sua institucionalização no planejamento municipal, investimento em formação continuada e integração com as demais políticas públicas, de modo a garantir que esse público tenha acesso regular, qualificado e humanizado à proteção social básica.

2.3.3. Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV)

O Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) integra a Proteção Social Básica do SUAS e tem como objetivo complementar o trabalho social com famílias, prevenindo situações de risco social e fortalecendo vínculos familiares e comunitários. O serviço é ofertado de forma grupal, organizada por faixas etárias, e busca promover o desenvolvimento de potencialidades, a convivência intergeracional e o acesso a experiências culturais, esportivas e artísticas, contribuindo para o protagonismo e a autonomia dos usuários.

Na Regional de Guajará-Mirim, o monitoramento evidenciou que o serviço foi classificado como insuficiente em todos os municípios da regional.

Dentre as principais pontos identificados na rede da regional temos que:

- **Pontos Fortes:** O SCFV apresenta importante capilaridade territorial ao executar atividades em diferentes áreas rurais, o que amplia o acesso de populações dispersas à proteção social básica. A existência de grupos com múltiplas faixas etárias e composição heterogênea, incluindo grupos tradicionais e específicos, demonstra sensibilidade à diversidade cultural e territorial. Os temas trabalhados nos grupos — musicalidade, arte, cultura, artesanato e questões do cotidiano — favorecem aquisições importantes para o desenvolvimento dos usuários ao longo do ciclo de vida e reforçam a dimensão convivencial do serviço. De modo geral, observa-se esforço significativo para manter a frequência semanal e continuidade das atividades, o que indica uma estrutura mínima de organização e compromisso com a oferta. Esses elementos reforçam a capacidade do SCFV de criar espaços coletivos de fortalecimento de vínculos, expressão cultural e proteção social.
- **Pontos Fracos:** Apesar da capilaridade e diversidade dos grupos, há ausência de organização planejada dos atendimentos e dos indivíduos participantes. Esse problema evidencia fragilidade no uso de diagnósticos, na definição de critérios de inserção, na construção de metas e na vinculação efetiva entre SCFV e PAIF. A baixa sistematização limita a capacidade do serviço de acompanhar trajetórias, identificar riscos e articular ações de

referência e contrarreferência. Em alguns territórios, o SCFV parece operar de forma desconectada do acompanhamento familiar, funcionando como atividade complementar, mas não integrada ao processo protetivo mais amplo. Esse cenário reduz o impacto pedagógico e convivencial do serviço, que deveria atuar como estratégia estruturada para fortalecer capacidades pessoais, vínculos e proteção social. A ausência de planejamento também compromete a continuidade qualitativa das atividades e dificulta a avaliação dos resultados, deixando lacunas na gestão da oferta.

O conjunto de evidências indica que o SCFV possui forte potencial como estratégia de convivência, cultura e proteção social, especialmente pela sua presença territorial ampliada e pela diversidade de práticas grupais. Contudo, a falta de planejamento sistemático e de integração com o PAIF compromete sua atuação como serviço tipificado. Para alcançar seu papel estruturante no território, será preciso fortalecer a organização, o registro e a vinculação com os processos de acompanhamento familiar. Apesar das fragilidades observadas, o SCFV demonstra capacidade de mobilização comunitária e presença ativa no território, constituindo uma base sólida para evolução da oferta.

3. Proteção Social Especial (PSE) de Média Complexidade.

A proteção social especial no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) encontra no Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) sua principal porta de entrada. O CREAS é a unidade pública estatal responsável pela organização e coordenação da rede socioassistencial de proteção especial em cada território, assumindo papel estratégico no fortalecimento do SUAS. Seu adequado funcionamento é condição essencial para que as ações da política alcancem efetividade, garantindo a prevenção de riscos sociais, a promoção do acesso a direitos e a preservação da convivência familiar e comunitária.

3.1 Estrutura Física

Na Proteção Social Especial, a análise das condições estruturais dos CREAS da Regional de Guajará-Mirim evidenciou um cenário similar nos municípios da regional, todos classificados como “suficientes”.

Dentre as principais pontos identificados na rede da regional temos que:

- **Pontos Fortes:** A região apresenta unidades com uma estrutura relativamente diversificada, incluindo salas específicas para coordenação, equipe técnica, orientação, reuniões e armazenamento, elementos que favorecem a organização das atividades da Proteção Social Especial de

Média Complexidade. A existência de recepção estruturada, copa, sala de arquivo e depósitos demonstra cuidado com fluxos internos e com a guarda de materiais e documentos. Há disponibilidade de equipamentos tecnológicos suficientes — como computadores, notebooks e impressoras — que possibilitam o registro adequado das informações, dinamizando o trabalho técnico e administrativo. A presença de veículos próprios ou cedidos também reforça a capacidade de deslocamento para atendimentos externos e articulações intersetoriais. Além disso, observa-se em uma das unidades a utilização de mapas georreferenciados e atualizados da rede, evidenciando uma prática de gestão territorial que contribui para o planejamento das ações.

Esses elementos demonstram que, embora ainda existam limitações, há uma base material consistente que, se bem mantida, sustenta o funcionamento regular das unidades e facilita a execução dos serviços ofertados.

- **Pontos Fracos:** As limitações estruturais se concentram principalmente na acessibilidade, aspecto recorrente em diferentes unidades. Entradas, recepções e banheiros não se encontram adequados às normas vigentes, o que restringe o acesso de usuários com deficiência e compromete a universalidade do atendimento. Em alguns locais, a existência de banheiros interditados amplia a vulnerabilidade do espaço físico. Outro ponto crítico identificado é a presença de ambientes inadequados ao fluxo de atendimento, como a área descoberta entre recepção e sala de atendimento, que prejudica a continuidade do serviço em dias de chuva. Somam-se a isso fragilidades como salas abandonadas, necessidade de manutenção predial e inadequação de espaços que deveriam ser de uso contínuo. A presença de estruturas improvisadas ou sem cobertura suficiente evidencia a carência de investimentos regulares em conservação.

Essas fragilidades comprometem diretamente a experiência do usuário, reduzem a privacidade e a dignidade no atendimento e revelam uma necessidade urgente de readequação física para garantir condições mínimas de funcionamento conforme parâmetros nacionais.

A análise evidencia um cenário misto: embora exista uma infraestrutura que, em linhas gerais, permite o funcionamento dos serviços, esta apresenta importantes insuficiências estruturais, sobretudo no que se refere à acessibilidade, manutenção e organização dos ambientes. As unidades contam com equipamentos tecnológicos adequados e alguns espaços bem dimensionados, mas enfrentam problemas persistentes de conservação e adequação às normativas técnicas. Como resultado, os serviços funcionam, porém sob condições que limitam o potencial pleno de atendimento e podem comprometer a qualidade da acolhida aos usuários. O conjunto das evidências indica que a região necessita de investimentos focados na melhoria física dos equipamentos para alcançar padrões estruturais mais alinhados ao previsto para a PSE de Média Complexidade.

3.2 Recursos Humanos

No tocante aos recursos humanos, verificou-se que todos CREAS analisados apresentavam a seguinte classificação no eixo de recursos humanos: insuficiente em todos os municípios da regional. Fator crítico que indica que as equipes não estão compostas por recursos humanos nos termos da NOB-SUAS/RH.

Dentre as principais pontos identificados na rede da regional temos que:

- **Pontos Fortes:** Os dados demonstram a presença de equipes parcialmente completas em parte das unidades, incluindo coordenação, assistentes sociais, psicólogas, orientadores sociais, administrativos, motoristas e serviços gerais. A existência de profissionais de nível superior das áreas de Psicologia e Serviço Social reforça a capacidade técnica para o acompanhamento especializado, garantindo atendimento psicossocial qualificado e alinhado às normativas da PSE de Média Complexidade. A presença de orientadores ou educadores sociais fortalece a abordagem social e territorial, contribuindo na interface com famílias e indivíduos. Esses elementos indicam que as unidades possuem, em alguns casos, equipes estruturadas e capazes de realizar atendimentos essenciais previstos nos serviços socioassistenciais.

A composição identificada demonstra um esforço regional para manter equipes ativas e diversificadas, o que favorece a continuidade das ações da proteção social e responde, mesmo que parcialmente, às exigências da NOB-RH/SUAS.

- **Pontos Fracos:** A principal fragilidade observada refere-se à ausência de profissionais previstos na NOB-RH/SUAS, em especial advogados para orientação jurídico-social e trabalhadores responsáveis pela abordagem de usuários. Essa lacuna reduz a capacidade das unidades em ofertar respostas completas às demandas que envolvem direitos, guarda de documentos, medidas relativas à garantia de acesso à justiça e situações de risco que exigem abordagem qualificada. Em alguns casos, as equipes estão subdimensionadas em quantidade e diversidade profissional. A falta de profissionais de abordagem — de nível médio ou superior — impacta diretamente a busca ativa, o acompanhamento de situações urgentes e o contato direto com populações em maior vulnerabilidade. Esse conjunto de ausências evidencia insuficiência de pessoal e quebra de conformidade com a composição mínima recomendada para os serviços.

A carência de profissionais especializados gera impacto negativo no fluxo de trabalho, sobrecarrega equipes reduzidas e limita a capacidade de resposta às demandas complexas que caracterizam a PSE.

A análise regional revela equipes parcialmente estruturadas, mas com lacunas significativas em cargos essenciais para o funcionamento integral dos

serviços de média complexidade. A presença de profissionais qualificados reforça a base técnica existente; no entanto, a ausência de advogados e de profissionais de abordagem compromete a completude do atendimento e dificulta o cumprimento da Tipificação Nacional. O cenário aponta para uma estrutura de recursos humanos que opera com limitações importantes, influenciando a qualidade da oferta e a efetividade das ações da PSE. Assim, a região depende de reforço técnico e quantitativo das equipes para garantir atendimento pleno, contínuo e adequado às normativas que orientam o SUAS.

3.3 Serviços

3.3.1. Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAEFI)

O Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI) é uma oferta tipificada no âmbito do SUAS que integra o trabalho desenvolvido nos CREAS. Seu objetivo é prestar apoio, orientação e acompanhamento especializado a famílias e indivíduos em situação de risco pessoal ou social, cujos direitos tenham sido violados. O serviço atua de forma articulada com a rede socioassistencial e demais políticas públicas, buscando restaurar vínculos familiares e comunitários e promover o fortalecimento da autonomia e proteção social dos usuários.

No monitoramento realizado na regional de Guajará-Mirim evidenciou a seguinte classificação: todos os municípios foram classificados como “insuficientes”. O que demonstra o impacto das limitações estruturais na qualidade na oferta do serviço.

Dentre as principais pontos identificados na rede da regional temos que:

- **Pontos Fortes:** A atuação inicial do serviço demonstra capacidade instalada para acolhimento e atendimento imediato, evidenciada pelo uso do prontuário SUAS como instrumento de registro, ainda que de forma parcial, e pela prestação de escuta qualificada, orientação e encaminhamentos. Observa-se uma prática consistente de atendimento psicossocial e de articulação mínima com a rede, permitindo respostas rápidas a demandas emergenciais, sobretudo em situações de violações de direitos. A presença de fluxos básicos de acolhida e orientação contribui para evitar desassistência e garante que usuários em situação de urgência recebam intervenções imediatas que mitigam riscos.

Além disso, a equipe demonstra compreensão geral sobre o escopo do PAEFI, atuando com base em princípios de proteção social especial, como o respeito à heterogeneidade e à singularidade das famílias. A mobilização para articulação com políticas públicas, ainda que incipiente, indica

reconhecimento da necessidade de integração intersetorial, aspecto estratégico para o atendimento de casos complexos. Esse conjunto de elementos aponta que o serviço possui bases operacionais para consolidar intervenções especializadas mais estruturadas.

- **Pontos Fracos:** Os dados evidenciam fragilidades estruturais significativas que comprometem a efetividade do acompanhamento especializado. A principal delas refere-se à ausência de elaboração do Plano de Acompanhamento Familiar (PAF) e a utilização limitada de Prontuários Físicos, o que impede que o atendimento transcenda ações pontuais e se configure como processo continuado. A utilização não consolidada do prontuário SUAS reforça essa fragilidade, revelando inconsistência na sistematização das informações e na construção de histórico técnico dos casos atendidos.

Outra vulnerabilidade crítica é a inexistência da orientação jurídico-social, resultante da ausência de profissional habilitado, o que limita a proteção integral em situações que exigem acompanhamento processual, articulação com sistema de justiça ou orientação jurídica qualificada. Soma-se a isso uma articulação insuficiente entre o PAEFI e os demais serviços e equipamentos — CRAS, unidades de acolhimento, ILPI, Centro-Dia e demais órgãos do Sistema de Garantia de Direitos — prejudicando fluxos de referência e contrarreferência essenciais para o enfrentamento de violências físicas, psicológicas, sexuais, negligências e outras violações de direitos. A ausência de organização de dados sistematizados sobre o público atendido reforça a vulnerabilidade analítica e limita a capacidade de planejamento territorial.

A análise regional evidencia que o PAEFI possui elementos fundamentais já implantados, especialmente na capacidade de resposta imediata e na atuação psicossocial inicial. Entretanto, o serviço ainda opera predominantemente de forma reativa e pontual, sem consolidar processos estruturantes próprios da proteção social especial de média complexidade. As lacunas relativas ao PAF, à consolidação do prontuário, à inexistência de orientação jurídico-social e à frágil articulação intersetorial indicam necessidade de amadurecimento técnico e organizacional. O conjunto dessas fragilidades sugere que o serviço, embora presente, não alcança plenamente o potencial previsto na Tipificação Nacional, carecendo de maior sistematização, planejamento e integração para assegurar acompanhamentos continuados e intervenções mais qualificadas.

3.3.2. Serviço de Proteção social a Adolescente em Cumprimento de Medida Socioeducativa (MSE) de Liberdade Assistida (LA) e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC).

O Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida (LA) e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC) é uma oferta da Proteção Social Especial de Média Complexidade executada no âmbito dos CREAS. Seu objetivo é acompanhar e apoiar adolescentes em cumprimento de medidas determinadas pelo Judiciário, promovendo o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, a corresponsabilização pelos atos cometidos e a construção de novos projetos de vida. O serviço busca assegurar o acompanhamento técnico sistemático, o acesso a políticas públicas e oportunidades de inserção social, educativa e profissional.

Na regional de Guajará-Mirim, os dados do monitoramento indicaram que dos serviços avaliados foram classificados como: 50% insuficiente e 50% suficiente, refletindo um cenário de execução fragilizada do serviço no território da regional.

Abaixo a representação gráfica dos indicadores da regional:

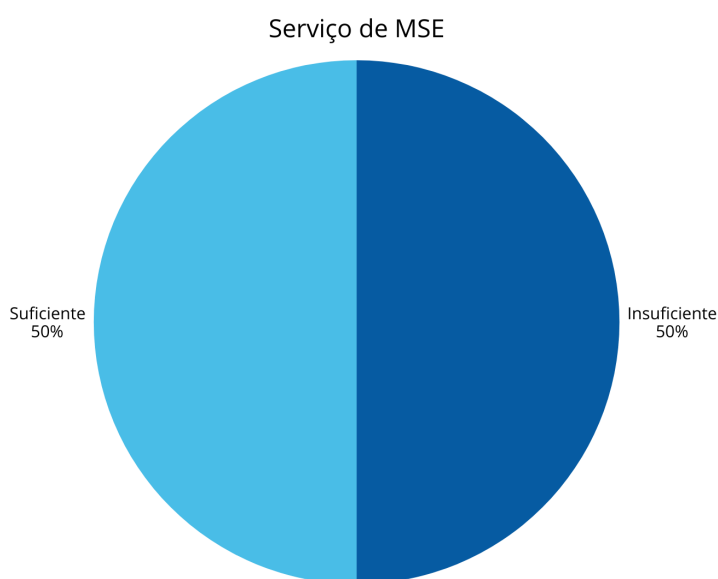


Gráfico 7

Fonte: Vigilância Socioassistencial

Dentre as principais pontos identificados na rede da regional temos que:

- **Pontos Fortes:** A regionalização dos dados demonstra que o serviço conta com equipe específica dedicada às medidas socioeducativas em meio aberto, realizando acolhida, escuta, orientação sociofamiliar e diagnóstico socioeconômico. Observa-se também a elaboração do Plano Individual de Atendimento (PIA) em conjunto com adolescentes e famílias, indicando

alinhamento com os parâmetros normativos. Outro aspecto positivo é a articulação interinstitucional existente, que viabiliza a execução da PSC e a inserção dos adolescentes em espaços educativos, de convivência ou atividades comunitárias, favorecendo a responsabilização e a construção de novos projetos de vida.

A cobertura consistente das atividades essenciais conduzidas pela equipe revela que o serviço possui práticas estruturais mínimas necessárias para o cumprimento das medidas. A iniciativa de dialogar com organizações da sociedade civil e instituições públicas para execução da PSC reforça a capacidade de articulação, habilidade indispensável para um serviço que depende de múltiplos atores para seu pleno funcionamento.

- **Pontos Fracos:** Apesar da existência de atividades essenciais, são evidentes fragilidades no alinhamento técnico ao que exige a Tipificação Nacional e o Caderno de Orientações Técnicas. Destaca-se, inicialmente, o uso ainda não consolidado de instrumentais, comprometendo a sistematização, o monitoramento e a avaliação dos processos socioeducativos. A articulação com PAEFI, CRAS e grupos do SCFV, embora reconhecida como necessária, ainda é insuficiente, fragilizando a integração dos adolescentes e suas famílias na rede de proteção.

Também se observa fragilidade no monitoramento e avaliação do serviço, decorrente da ausência de fluxo consolidado com a vigilância socioassistencial. Em alguns territórios, nota-se dificuldade na identificação de locais adequados para execução da PSC, o que pode limitar as possibilidades pedagógicas da medida. Há ainda indícios de que parte das ações demanda maior conformidade com princípios fundamentais da socioeducação, como acompanhamento continuado, responsabilização progressiva e articulação intersetorial qualificada.

O panorama regional indica que o serviço de LA e PSC apresenta uma base operacional estabelecida, com equipe dedicada e compreensão dos principais procedimentos socioeducativos. Contudo, persiste a necessidade de amadurecimento técnico e organizacional, especialmente no que se refere à sistematização das informações, ao fortalecimento da articulação intersetorial e ao alinhamento normativo às diretrizes da Tipificação Nacional. A ausência de monitoramento sistemático e de integração plena com outros serviços do SUAS compromete a efetividade pedagógica e protetiva das medidas. Assim, embora funcional, o serviço permanece distante do seu potencial máximo de impacto socioeducativo, necessitando avançar na gestão, no registro, na análise de dados e na articulação em rede.

O serviço de MSE na regional de Guajará-Mirim demonstra potencial de aprimoramento, especialmente por já apresentar experiências exitosas em parte dos municípios. O fortalecimento dessas ações contribuirá para a efetividade das

medidas socioeducativas e para o cumprimento do papel protetivo e socioeducativo do serviço, ampliando as oportunidades de ressocialização e reinserção social dos adolescentes acompanhados.

3.3.3. Serviço de Proteção Social Especial a Pessoas com Deficiência e Idosas (PSE/PCDIF).

O Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias (PSE/PCDIF) tem como finalidade prevenir a violação de direitos, reduzir situações de isolamento e promover a autonomia, a inclusão social e a melhoria da qualidade de vida desse público. Ele integra a Proteção Social Especial de Média Complexidade e é executado no âmbito dos CREAS ou em equipamentos específicos como o Centro-Dia. O serviço busca oferecer apoio e acompanhamento especializado às pessoas com deficiência e idosas em situação de vulnerabilidade, bem como a suas famílias, garantindo o acesso a direitos e o fortalecimento dos vínculos comunitários e familiares.

Na regional de Guajará-Mirim, o monitoramento identificou que os serviços prestados foram classificados como “irregulares”.

Dentre as principais pontos identificados na rede da regional temos que:

- **Pontos Fortes:** Observam-se iniciativas relevantes nos territórios onde há atuação de Centros-Dia ou instituições parceiras, especialmente em práticas voltadas ao desenvolvimento de autonomia, convivência e fortalecimento de vínculos. Atendimentos multiprofissionais, como fisioterapia, apoio educacional especializado e oficinas de desenvolvimento pessoal, demonstram que existe capacidade instalada para ações que impactam positivamente a qualidade de vida das pessoas com deficiência. A articulação com secretarias municipais e a mobilização da sociedade civil evidenciam potencial comunitário e institucional para construção de respostas coletivas às necessidades das famílias.
- **Pontos Fracos:** A fragilidade mais expressiva é a ausência de implementação efetiva do serviço na maior parte dos territórios analisados. Não foram encontrados elementos que caracterizem sua oferta, como fluxos definidos, processos de atendimento, ações especializadas ou articulação sistemática com PAEFI, ILPI e outros equipamentos da rede. Essa lacuna impede que famílias vivenciando violações de direitos associadas ao público idoso e deficiência tenham acesso a ações protetivas previstas na Tipificação Nacional.

Mesmo nos territórios onde há atuação de Centros-Dia, nota-se que as práticas, embora relevantes, não se articulam completamente aos parâmetros do SUAS, carecendo de fortalecimento técnico e integração formal ao CREAS. A inexistência de registros sistematizados, ausência de plano de ação específico e baixa clareza sobre o papel do serviço no fluxo territorial

reforçam a fragilidade estrutural. A falta de estruturação de ações de apoio aos cuidadores — aspecto central do serviço — limita o alcance protetivo e a prevenção do desgaste dos vínculos familiares.

O conjunto de informações revela um cenário regional de grande fragilidade na implementação do serviço especializado para pessoas com deficiência e idosos com dependência. A inexistência de oferta organizada, aliada à ausência de fluxos e procedimentos, impede o atendimento qualificado de um público que enfrenta violações complexas e demandas de cuidado prolongado. Embora existam iniciativas isoladas, como aquelas realizadas por instituições parceiras, elas não preenchem o papel previsto na política nacional, permanecendo desconectadas do sistema de proteção social especial. Assim, a conclusão geral aponta para a necessidade de estruturação completa do serviço, tanto conceitual quanto operacional, para garantir suporte às famílias, prevenir segregação e assegurar direitos.

3.3.4. Serviço Especializado em Abordagem Social.

O Serviço Especializado em Abordagem Social tem como objetivo identificar e acompanhar pessoas e famílias em situação de rua ou em contextos de violação de direitos nos espaços públicos, estabelecendo vínculos de confiança, escuta qualificada e encaminhamentos necessários para inclusão na rede socioassistencial e demais políticas públicas. Trata-se de um serviço essencial da Proteção Social Especial de Média Complexidade, responsável por garantir o acesso a direitos básicos, promover a proteção social proativa e contribuir para a superação de situações de risco e exclusão social.

Na regional de Guajará-Mirim, o monitoramento indicou que todas as unidades foram classificadas como “insuficiente”, o que sugere atenção para as gestões municipais para que possam investir nas equipes responsáveis pelo serviço.

Dentre as principais pontos identificados na rede da regional temos que:

- **Pontos Fortes:** O serviço de abordagem social apresenta como ponto positivo a execução das ações essenciais de busca ativa, acolhida e escuta especializada, ainda que realizadas por equipes não exclusivas. Há reconhecimento da importância de identificar situações de risco e de realizar articulação com a rede intersetorial, principalmente com serviços de saúde mental em casos de uso abusivo de álcool e outras drogas. Observa-se também a mobilização das equipes em circular pelos territórios em horários de maior fluxo, buscando identificar grupos vulneráveis em praças, áreas de passagem e demais pontos estratégicos, o que demonstra sensibilidade às dinâmicas locais.

Além disso, a equipe demonstra capacidade de reconhecer situações recorrentes do território, como vulnerabilidades relacionadas a negligência, exploração e violações associadas ao contexto sociofamiliar, o que indica atenção às demandas imediatas. Há ainda indícios de que os profissionais realizam encaminhamentos e orientações após as abordagens, garantindo, mesmo que parcialmente, continuidade mínima ao atendimento iniciado no território.

- **Pontos Fracos:** A principal fragilidade regional está na inexistência de uma equipe exclusiva e na baixa regularidade das ações, que ocorrem de maneira esporádica e predominantemente em períodos diurnos. A ausência de periodicidade e de uma cobertura ampliada de dias e horários prejudica a identificação de situações de risco que tendem a ocorrer em períodos variados, especialmente à noite e aos fins de semana. Observa-se também a limitação de recursos materiais e humanos, o que compromete a proteção social proativa e reduz a capacidade de resposta do serviço.

Outra fragilidade relevante é a restrita utilização dos instrumentais técnicos, com registros dispersos e pouco sistematizados, o que dificulta o monitoramento das situações identificadas no território. A ausência de mapeamento socioterritorial e de relatórios periódicos limita o conhecimento sobre o perfil, a dinâmica e a incidência das violações, reduzindo a capacidade do serviço em orientar decisões de planejamento e cobertura territorial.

Também se verifica baixa articulação com outros serviços da rede socioassistencial, especialmente com PAEFI, SCFV e PETI, o que compromete o fluxo de referência e contrarreferência. Em diversas localidades não foram identificados casos de situações típicas do serviço, como trabalho infantil, exploração sexual e situação de rua, o que pode indicar subnotificação decorrente da baixa frequência e da atuação restrita a determinados pontos do território.

De modo geral, o serviço de abordagem social se encontra em processo inicial de consolidação na região, com esforços importantes das equipes na busca ativa e na escuta especializada, mas com significativa insuficiência no que se refere à estruturação, periodicidade e sistematização dos atendimentos. A ausência de equipe própria, de horários ampliados e de instrumentais padronizados compromete a efetividade do serviço e limita sua capacidade de identificar e intervir em situações de risco pessoal e social presentes no território.

Apesar das fragilidades, há potencial de fortalecimento, uma vez que as equipes demonstram conhecimento da realidade local e disposição para atuar nas situações de vulnerabilidade. O desenvolvimento de processos organizados, aliado ao suporte da gestão, poderá elevar a qualidade das abordagens, ampliar a identificação de violações e garantir maior proteção às populações que vivem nas

ruas ou circulam em espaços públicos.

3.3.5. Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua.

O Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua integra a Proteção Social Especial de Média Complexidade e tem como finalidade garantir atenção e acompanhamento especializados a indivíduos e famílias em situação de rua, promovendo o acesso a direitos, fortalecimento de vínculos e reconstrução de trajetórias de vida com dignidade. Esse serviço deve ofertar acolhimento diurno, espaços para higiene pessoal, alimentação, guarda de pertences e encaminhamentos para as demais políticas públicas, atuando de forma articulada para promover a inclusão social e reduzir as vulnerabilidades extremas vivenciadas por esse público.

Na regional de Guajará-Mirim, o monitoramento apontou que todas as unidades foram classificadas como “insuficiente”. O que evidencia a necessidade de fortalecimento de infraestrutura adequada para oferta do serviço.

Dentre as principais pontos identificados na rede da regional temos que:

- **Pontos Fortes:** Há atuação da equipe do CREAS/PAEFI na atenção a pessoas em situação de rua, com ações voltadas para orientação, fortalecimento de vínculos familiares e apoio em demandas documentais. Apesar da ausência de estrutura específica, os profissionais realizam atendimentos, encaminhamentos e acolhidas pontuais, o que indica sensibilidade diante das vulnerabilidades desse público e compromisso em oferecer suporte mesmo em condições limitadas. Observa-se ainda disposição das equipes para se mobilizar e atender demandas emergenciais, ainda que o serviço não esteja plenamente implementado no território.
- **Pontos Fracos:** A principal fragilidade regional é a inexistência de uma equipe exclusiva e de infraestrutura adequada, o que inviabiliza a oferta integral do serviço conforme previsto na Tipificação Nacional. Não há provisão diária de alimentação, higiene pessoal, banho ou demais apoios básicos, que constituem elementos fundamentais da proteção especializada a esse público. A oferta é parcial e insuficiente, restringindo-se a ações socioeducativas e de orientação, sem condições estruturais para acolher e responder adequadamente às necessidades imediatas de sobrevivência.

A ausência de espaço físico apropriado impede a organização de atividades, atendimentos e ações regulares. Também se observa baixa utilização de instrumentais técnicos e fragilidade na elaboração do Plano de Acompanhamento Familiar, o que limita a continuidade do atendimento e o registro adequado das intervenções. O acúmulo de funções pelas equipes,

que já executam diversos outros serviços da proteção especial, resulta em sobrecarga e reduz a capacidade de dedicação às demandas específicas da população em situação de rua.

O serviço especializado para pessoas em situação de rua encontra-se em condição de oferta parcial e insuficiente na região, funcionando sem equipe dedicada, sem espaço físico apropriado e sem condições para atender às necessidades básicas dos usuários. Embora existam esforços da equipe técnica para atender demandas emergenciais, a ausência de estrutura compromete o propósito do serviço e não assegura atendimento integral e contínuo.

A insuficiência observada indica a necessidade de fortalecimento institucional para que o serviço possa alcançar o padrão mínimo de ofertabilidade previsto na política nacional. Com suporte adequado, é possível transformar o conhecimento acumulado pelas equipes e a disposição já demonstrada em um serviço estruturado, contínuo e efetivo, assegurando acolhimento, proteção e condições dignas para a população em situação de rua.

4. Proteção Social Especial (PSE) de Alta Complexidade.

A Proteção Social Especial de Alta Complexidade tem como finalidade garantir acolhimento e proteção integral a indivíduos e famílias que se encontram temporariamente afastados do convívio familiar e comunitário, em razão de situações de abandono, violência, negligência e violação de direitos. No âmbito da regional de Guajará-Mirim, essa modalidade abrange diferentes tipologias de serviços de acolhimento institucional, voltados a crianças e adolescentes e idosos, não havendo oferta estruturada para mulheres em situação de violência, adultos e famílias. Esses serviços buscam assegurar abrigo seguro, atendimento humanizado e acompanhamento técnico que favoreça a reconstrução dos vínculos familiares e a reintegração social dos usuários.

A seguir, serão apresentados os dados do monitoramento da proteção social especial de alta complexidade na regional de Guajará-Mirim, contemplando as condições de oferta, estrutura física, composição das equipes e qualidade dos serviços prestados nas unidades de acolhimento, de modo a evidenciar os avanços, desafios e pontos que requerem fortalecimento para assegurar a efetividade da política de assistência social nesse nível de proteção.

4.1 Estrutura Física.

A análise da estrutura física das unidades de acolhimento da regional de Guajará-Mirim considerou, de forma agregada, os serviços voltados a crianças e adolescentes, adultos, mulheres em situação de violência e pessoas idosas. Essa agregação permitiu uma visão mais abrangente sobre as condições de funcionamento e adequação dos espaços às exigências da Proteção Social Especial

de Alta Complexidade, que pressupõe ambientes acolhedores, seguros e capazes de garantir privacidade, acessibilidade e condições dignas de permanência aos usuários. Os resultados obtidos a partir das visitas foram que todas das unidades de acolhimento estavam com sua estrutura física suficiente.

- **Pontos Fortes:** As unidades apresentam, de forma geral, espaços essenciais para o funcionamento do acolhimento, como salas de coordenação, salas para equipe técnica, quartos, cozinha, refeitório e áreas externas destinadas às atividades cotidianas. Os quartos costumam possuir ventilação adequada e guarda-roupas, e algumas unidades dispõem de climatização parcial. Também há registro de salas pedagógicas ou ambientes destinados a atividades educativas, além da existência de pelo menos um computador com acesso à internet para uso administrativo. Esses elementos demonstram a existência de componentes mínimos para o trabalho institucional e para a rotina dos acolhidos.
- **Pontos Fracos:** A principal fragilidade regional está relacionada à acessibilidade, já que a maioria dos banheiros e estruturas internas não atende às normas da ABNT, comprometendo o acesso de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida. Outro aspecto crítico é a falta de espaços adequados para convivência, pois em algumas unidades a interação coletiva ocorre em corredores ou áreas improvisadas, o que prejudica a qualidade do acolhimento. Há carência de materiais pedagógicos, brinquedos, itens educativos e equipamentos que estimulem a autonomia e o desenvolvimento dos acolhidos.

Verifica-se também necessidade de manutenção do mobiliário, de reparos físicos e de revitalização dos ambientes, incluindo a melhoria de climatização, reformas estruturais e adequação dos espaços para torná-los mais acolhedores. Algumas unidades operam com climatização incompleta ou equipamentos danificados, como aparelhos de ar-condicionado sem funcionamento. Além disso, há insuficiência de ambientes específicos para atividades de convivência, lazer e fortalecimento de vínculos, o que compromete o caráter protetivo e educativo do acolhimento.

A estrutura física das unidades de alta complexidade demonstra condições mínimas para funcionamento, mas carece de adequações significativas para garantir padrões de qualidade previstos nas normativas do Sistema Único de Assistência Social. Persistem desafios na acessibilidade, na ambientação, no mobiliário e na oferta de espaços de convivência estruturados. A consolidação de melhorias pode elevar o conforto, a segurança e a dignidade dos acolhidos, qualificando a experiência institucional e fortalecendo o caráter protetivo do serviço.

De modo geral, os resultados indicam boas condições físicas das unidades de acolhimento, entretanto reforça-se a necessidade de investimentos contínuos na acessibilidade e melhoria dos espaços físicos para assegurar condições adequadas de acolhimento e atendimento humanizado aos diferentes públicos atendidos pela rede.

4.2. Recursos Humanos

No que se refere aos recursos humanos das unidades de acolhimento da regional de Guajará-Mirim, o monitoramento revelou um quadro de 33% unidades superiores, 33% insuficiente e 33% regulares, com locais pontuais onde perpetua certa fragilidade, especialmente no que diz respeito à composição e ao dimensionamento das equipes. Segue representação gráfica dos dados abaixo:

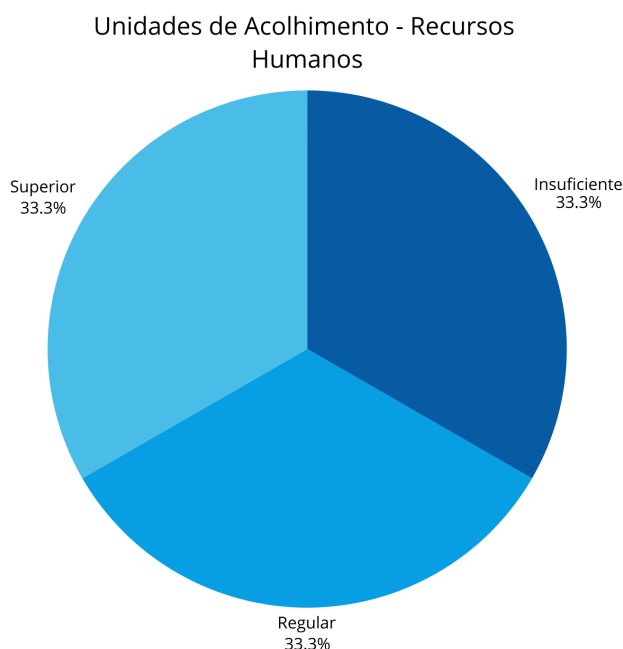


Gráfico 8

Fonte: Vigilância Socioassistencial

Dentre as principais pontos identificados na rede da regional temos que:

- **Pontos Fortes:** Os serviços contam com coordenação, direção, equipe técnica composta por psicologia e serviço social, além de cuidadores e profissionais de apoio como vigilância, serviços gerais e, em alguns locais, técnicos de enfermagem. Essa composição indica a presença de funções essenciais para o funcionamento cotidiano das unidades e para o acompanhamento dos acolhidos. Há situações em que o quantitativo de profissionais é considerado suficiente para o porte do serviço, garantindo

cobertura mínima das demandas diurnas e noturnas.

- **Pontos Fracos:** Apesar da existência das equipes, observa-se distribuição desigual e, em alguns locais, insuficiência de profissionais para atender com qualidade as exigências da alta complexidade. Em determinados contextos, cuidadores acumulam atividades de limpeza, lavanderia e alimentação, o que compromete o cuidado direto e desvia funções essenciais. A vinculação de equipes técnicas ao CREAS, em vez de dedicação exclusiva ao acolhimento, fragiliza o acompanhamento sistemático dos usuários e limita o tempo disponível para ações planejadas.

Outro ponto crítico é a ausência de profissionais suficientes para a cobertura integral das demandas institucionais, especialmente em situações em que a rotina exige apoio constante, atendimento especializado e acompanhamento qualificado. A sobrecarga compromete o atendimento humanizado, dificulta a organização de rotinas e limita a realização de atividades socioeducativas, culturais e de fortalecimento de vínculos.

A região apresenta equipes estruturadas, mas com lacunas relevantes na dedicação exclusiva, no equilíbrio das funções e na proporcionalidade entre profissionais e usuários. A sobrecarga e o acúmulo de funções impactam diretamente a qualidade do cuidado e indicam a necessidade de fortalecimento do quadro funcional. A consolidação de equipes adequadas e dedicadas exclusivamente ao acolhimento é essencial para assegurar atendimento contínuo, integral e condizente com as normativas da política de assistência social.

4.3. Serviços de Acolhimento Institucional

O Serviço de Acolhimento Institucional na regional de Guajará-Mirim, apesar dos desafios estruturais relacionados à composição das equipes e às condições físicas das unidades, apresentou desempenho geral considerado satisfatório no monitoramento realizado. Do total das unidades monitoradas, todas foram classificadas como “insuficiente”. Entretanto, a análise dos pontos de força e fragilidade do serviço de acolhimento institucional serão apresentados pelos segmentos em que as unidades se organizam: Crianças e Adolescentes e Idosos.

4.3.1. Serviço de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes.

- **Pontos Fortes:** A organização das unidades segue os princípios e diretrizes do Estatuto da Criança e do Adolescente, bem como as “Orientações Técnicas para Serviços de Acolhimento”. Observa-se que há estrutura mínima para garantir proteção integral e que a rotina institucional contempla

cuidados básicos, acolhimento e suporte socioeducativo. A equipe demonstra comprometimento e realiza acompanhamento das demandas cotidianas dos adolescentes, além de promover articulação com a rede sempre que necessário.

- **Pontos Fracos:** Apesar da conformidade geral com os marcos legais, há fragilidade nos processos internos de desenvolvimento do convívio familiar, grupal e comunitário. A atuação sociofamiliar, o reforço das orientações sobre cuidados pessoais e o estímulo à inserção em projetos de capacitação e preparação para o trabalho ainda precisam ser fortalecidos. A articulação com políticas setoriais, como saúde, educação, cultura, esporte e lazer, ocorre de maneira parcial e sem sistematicidade, limitando o desenvolvimento integral dos acolhidos.

Outro ponto crítico é o monitoramento e avaliação do serviço, que permanece pouco estruturado e com baixa integração com a vigilância socioassistencial. Há necessidade de maior planejamento de atividades voltadas ao protagonismo, autoestima e autonomia, além de ampliar ações que promovam vínculos comunitários e familiares.

Pontos de Atenção:

- Atenção ao princípio da excepcionalidade do afastamento do convívio familiar e à provisoriedade da medida protetiva, garantindo o retorno ao convívio familiar sempre que possível.
- Ampliar a atuação da equipe técnica, indo além da produção de relatórios e do cumprimento de exigências administrativas, fortalecendo o planejamento, o acompanhamento do serviço e a atuação conjunta com os cuidadores.
- Reforçar o papel socioafetivo do cuidador, evitando a confusão de funções com os auxiliares e valorizando o trabalho voltado ao cuidado humanizado e à convivência cotidiana.
- Fortalecer a educação permanente nos serviços de acolhimento é um ponto estratégico para o desenvolvimento da rede.

O acolhimento de crianças e adolescentes apresenta conformidade normativa, mas requer fortalecimento dos processos internos e da articulação com a rede intersetorial para garantir pleno desenvolvimento dos acolhidos. A ausência de atividades planejadas e de monitoramento sistemático reduz o potencial protetivo e socioeducativo do serviço, tornando essencial avançar na qualificação das ações.

4.3.2. Serviço de Acolhimento Institucional para Idosos;

- **Pontos Fortes:** As unidades seguem as diretrizes do Estatuto da Pessoa Idosa e garantem cuidados básicos, ambiente seguro e acompanhamento constante. Há reconhecimento da importância do convívio social e da proteção integral, e as rotinas contemplam os cuidados essenciais para a população idosa, incluindo alimentação, medicação e suporte cotidiano. A equipe demonstra compromisso com a rotina institucional e com o acolhimento humanizado.
- **Pontos Fracos:** Mesmo com a conformidade geral em relação ao marco normativo, ainda é necessário fortalecer o trabalho sociocomunitário, o convívio familiar, o desenvolvimento de autonomia e a articulação com políticas setoriais. A integração com cultura, saúde, lazer e esporte permanece limitada, dificultando a ampliação da qualidade de vida e a participação ativa dos idosos nas atividades externas. A atuação da equipe técnica necessita de maior dedicação e de organização sistemática junto à unidade.

Outro ponto que necessita fortalecimento é o monitoramento e avaliação periódica das ações, que ainda não ocorre de forma estruturada e articulada com a vigilância socioassistencial.

- Garantir que o atendimento preserve o aspecto socioassistencial do serviço, sem restringir-se às práticas orientadas pela política de saúde.
- Fortalecer o trabalho sociofamiliar, mesmo em casos de vínculos familiares fragilizados, buscando estratégias de reaproximação e convivência quando possível.

O acolhimento institucional para idosos cumpre princípios básicos estabelecidos na legislação, mas apresenta fragilidades operacionais relacionadas à articulação com a rede, à promoção de autonomia, às atividades socioeducativas e ao monitoramento. O serviço pode alcançar maior qualidade com a ampliação das ações planejadas e com maior integração intersetorial.

4.3.3. Serviço de Acolhimento à Mulher Vítima de Violência;

- Não há cobertura deste serviço nos municípios da regional.

4.3.4. Serviço de Acolhimento Institucional para Adultos e Famílias;

- Não há cobertura deste serviço nos municípios da regional.

5. Considerações finais.

O Monitoramento da Regional de Guajará-Mirim no ano de 2024 evidencia que os municípios vêm mantendo esforços contínuos para a consolidação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), abrangendo tanto a proteção social básica quanto a especial. Verifica-se, contudo, que persistem desafios estruturais e operacionais relevantes, especialmente no que se refere à adequação física das unidades, à composição das equipes técnicas e ao fortalecimento das ações intersetoriais e dos processos inerentes aos serviços socioassistenciais. Ainda assim, identificam-se avanços graduais na organização dos serviços e na incorporação de práticas de gestão voltadas ao planejamento, monitoramento e avaliação das ações socioassistenciais.

Torna-se essencial, nesse contexto, investir no fortalecimento da rede existente, assegurando condições estruturais, materiais e humanas adequadas para a execução dos serviços. O comprometimento da gestão, coordenação e equipes técnicas é fator decisivo para elevar os indicadores, qualificar o atendimento e consolidar práticas de trabalho alinhadas aos princípios e diretrizes da política de assistência social. De forma geral, o monitoramento evidencia uma rede em processo de consolidação, mas que ainda demanda investimentos estruturais, fortalecimento da força de trabalho e aprimoramento da capacidade de gestão. O enfrentamento desses desafios é condição essencial para garantir maior efetividade na execução dos serviços, ampliar o alcance das ações e assegurar o cumprimento dos princípios de universalidade, equidade e integralidade que orientam a política de assistência social.